



Alexandra Leitão

OPINIÃO

Eleição de Trump: O fim das ilusões

Esperamos que a justiça social e ambiental ganhe esta luta. De outra forma, perderemos todos.

16 de Janeiro de 2017, 16:00

Todos os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pela comunidade internacional e científica nas duas últimas décadas, que culminaram com o consenso obtido na COP21 em 2015 e materializado no Acordo de Paris, parecem ir por água abaixo com o novo presidente dos EUA, Donald Trump. Este acordo, assinado por 192 países e ratificado por 100 deles representando 70% das emissões mundiais, onde se incluem os dois países mais renitentes e poluidores – China e EUA (com 44% das emissões) – destina-se a substituir o Protocolo de Quioto em 2020 e tem como objetivo manter o aumento da temperatura média mundial abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais (o limite que os cientistas acreditam ser seguro), provocado pelos gases de efeito de estufa (GEE) de origem antropogénica. É um bom indício de que o combate às alterações climáticas ganhou uma nova urgência política.

O anúncio da vitória do Presidente eleito nos EUA, por coincidência, quando decorria em Marraquexe a COP22 (7 a 18 de novembro 2016),

num clima de confiança e otimismo procurando acelerar a operacionalização das regras de funcionamento do Acordo de Paris, deixou grande apreensão e receio em negociadores, comunidade científica e comunidade internacional que lidam com o tema, tanto mais que em cima da mesa das negociações em Marraquexe estavam duas questões bastante sensíveis: decidir a contribuição dos países industrializados para o Fundo Climático Verde, dotado de 100 mil milhões de dólares anuais, para ficar operacional a partir de 2020 e destinado a apoiar os países mais ameaçados e mais pobres na mitigação e adaptação aos extremos climáticos e ainda as metas que cabem a cada país e respetivos períodos para o seu cumprimento. O tema das alterações climáticas é suficientemente dramático à escala global para os EUA ficarem de fora.

O entusiasmo arrefeceu e criou oportunidade a que se instalasse um ambiente de inércia, numa Cimeira que se previa de ação e que acabou dominada pela eleição do novo Presidente e consequentes incertezas relativamente ao abandono do Acordo de Paris, à utilização do seu carácter não-vinculativo para acelerar a produção e consumo de fósseis e, ainda, aos países industrializados que poderiam vir a ser influenciados a abandonar ou a não ratificar o acordo. São os casos, por exemplo, da Rússia, que ainda não avançou com uma data e da Austrália e Japão, que ainda estavam em fase de discussão, no início da Cimeira de Marraquexe.

Todos estes receios resultam de o novo presidente ser um cético assumido em relação ao aquecimento global, a que chamou em plena campanha eleitoral de “fraude inventada pelos chineses para tornar as empresas americanas não competitivas”, minando assim, a confiança do público nas evidências científicas. Além disso, não tem uma política detalhada sobre questões ambientais e é difícil ignorar as nomeações para postos-chave, que têm sido feitas na área do ambiente para a formação do novo governo, que está repleto de pessoas que passaram a sua vida profissional a promover as energias fósseis. Entre eles, o

candidato a chefiar a Agência de Proteção Ambiental (EPA), Scott Pruitt, um advogado que sempre se aliou a empresas produtoras de energia para tentar travar as leis que a administração Obama usou para regular as emissões de GEE nos EUA, e Rex Tillerson, ex-CEO da gigante ExxonMobil, nomeado para secretário de Estado.

Restam, como esperança, os sinais contraditórios que tem dado. Por um lado, em entrevista ao *The New York Times*, Trump disse que tinha a “mente aberta” sobre a mudança do clima. Por outro, a sua equipa de transição já ameaçou cortar a verba da NASA, departamento que opera satélites para monitorar o clima da Terra e fornece dados sobre a mudança da atmosfera.

Esperamos que a justiça social e ambiental ganhe esta luta. De outra forma, perderemos todos.

Docente da Católica Porto Business School